

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 8**

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 8

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 8 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 8) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-465-8 DOI 10.22533/at.ed.658191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA DA UNIPAMPA NOS PRIMEIROS ANOS DE CRIAÇÃO - VISÃO INSTITUCIONAL	
Caren Rossi Alzira Elaine Melo Leal Katiane Rossi Haselein Knoll	
DOI 10.22533/at.ed.6581910071	
CAPÍTULO 2	15
A GUERRA DO CONTESTADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA APROXIMAÇÃO INDISPENSÁVEL NO MEIO-OESTE CATARINENSE	
Marco Andre Serighelli Vanessa Wegner Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.6581910072	
CAPÍTULO 3	25
A PRIMEIRA IMPRESSÃO, OS DEVANEIOS EM BACHELARD E UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO	
Rafael Augusto Valentim da Cruz Magdalena Luciane de Souza Oliveira Valentim Elaine Cristina Balancieri Pereira André Augusto Gutierrez Fernandes Beati	
DOI 10.22533/at.ed.6581910073	
CAPÍTULO 4	33
AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU PARA A EDUCAÇÃO	
Bianca Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6581910074	
CAPÍTULO 5	41
CARACTERIZAÇÃO DE PARÂMETROS (INDICADORES) EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (COINFO): ESTUDO DE CASO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA COM O USO DE ABORDAGENS QUALITATIVAS	
Marcia Rosetto Regina Célia Baptista Belluzzo	
DOI 10.22533/at.ed.6581910075	
CAPÍTULO 6	53
DIÁRIO, CARTAS E CADERNOS: UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS AUTOBIOGRÁFICOS DAS PRINCESAS ISABEL E LEOPOLDINA	
Jaqueline Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6581910076	
CAPÍTULO 7	70
ECOS MORAIS E CÍVICOS: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE DE UMA BANDA MARCIAL EM TEMPOS DE DITADURA	
Rafael Montoito Rafael de Souza Velasco	
DOI 10.22533/at.ed.6581910077	

CAPÍTULO 8	84
EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL	
Patricia Melo Magoga Darcísio Natal Muraro	
DOI 10.22533/at.ed.6581910078	
CAPÍTULO 9	96
GRUPO PET-GEOLOGIA E O MUSEU DE GEOCIÊNCIAS NA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOLOGIA DA UFPA	
Rosemery da Silva Nascimento Carlos Andrei Pedroso Da Silva Gabriel Silva De Araújo Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.6581910079	
CAPÍTULO 10	108
HISTORIA DA ESCOLAS PÚBLICAS CARIOCAS: DESAFIOS DA EXPANSÃO NOS BAIRROS DA GAVEA E URCA	
Rosimeri da Silva Pereira Arlindo Carlos Silva da Paixão Franklim Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65819100710	
CAPÍTULO 11	117
MAPEAMENTO HISTÓRICO DA VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Edugas Lourenço Costa Rafael Pavan	
DOI 10.22533/at.ed.65819100711	
CAPÍTULO 12	131
O PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
Gerciane Maria da Costa Oliveira Kyara Maria de Almeida Vieira Gionara Bruna Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65819100712	
CAPÍTULO 13	143
O USO DE DOCUMENTÁRIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO CONTEÚDO DE RELAÇÃO	
Lóren Grace Kellen Maia Amorim Maria Teresa Menezes Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.65819100713	
CAPÍTULO 14	153
OLHARES - A FOTOGRAFIA E OS ESPAÇOS URBANOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos Erik Armando Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.65819100714	

CAPÍTULO 15	164
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE TRABALHO DOCENTE	
Solange Martins Oliveira Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65819100715	
CAPÍTULO 16	177
SOBRE AS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
Oscar Edgardo N. Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.65819100716	
CAPÍTULO 17	186
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Taira Carvalho Assis	
Laís Leni Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.65819100717	
CAPÍTULO 18	202
TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS	
Helen Barbosa Raiz Engler	
Leonardo Henrique Cardoso de Andrade	
Tatiana Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65819100718	
CAPÍTULO 19	209
UMA ANÁLISE DA ATUAL EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	
Edelvar Vicente Rippel	
Millais Lariny Soares Rippel	
DOI 10.22533/at.ed.65819100719	
CAPÍTULO 20	219
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE DAVID HUME E RENÉ DESCARTES	
Ana Cristina da Silva Brito	
Kelei Zeni	
Eliane de Fátima Triches	
DOI 10.22533/at.ed.65819100720	
CAPÍTULO 21	228
BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: APONTAMENTOS À LUZ DE FOUCAULT	
Adriana Martins de Oliveira	
Francismeiry Cristina de Queiroz	
Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65819100721	
CAPÍTULO 22	240
VIOLÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS EM CURSO NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI	
Vanessa Gonçalves da Silva	
Cleide Ester de Oliveira	
Veralúcia Guimarães de Souza	
Francisco Carlos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65819100722	

CAPÍTULO 23 253

VIOÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS QUE POSSIBILITAM ESSA PRÁTICA

Maria Goretti Rodrigues de Sousa Oliveira

Maria Aparecida Pereira

Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.65819100723

SOBRE O ORGANIZADOR..... 262

BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: APONTAMENTOS À LUZ DE FOUCAULT

Adriana Martins de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista, Cuiabá – Mato Grosso.

Francismeiry Cristina de Queiroz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista, Cuiabá – Mato Grosso.

Raquel Martins Fernandes Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista, Cuiabá – Mato Grosso.

RESUMO: Este artigo se propõe realizar uma análise inicial crítica sobre a situação do bullying em uma escola particular de ensino médio, situada no município de Cuiabá, capital de Mato Grosso, e através das discussões apresentadas por Foucault (1988), compreender esta categoria como fruto de um dispositivo de controle. Na presente pesquisa foi aplicado questionário para 70 sujeitos, sendo que em sua análise todos esses sujeitos da pesquisa já sofreram algum tipo de constrangimento, constituindo assim que vários estudantes se sentem violados quanto aos insultos devido a características físicas, dentre outras situações. É nesse sentido que podemos entender o bullying como resultado de um dispositivo de controle, de modo que os corpos se propõem

padrões, regras e hierarquias, e as mesmas são constituídas por grupos específicos com relações de poder entre si. O ambiente escolar não se torna imune a estes dispositivos de controle, e até mesmo, os reproduz, esta é a constatação através da pesquisa realizada. Não obstante, compreende-se que os estudantes precisam ser considerados como protagonistas sociais, a ação dos sujeitos em prol de um ambiente democrático pode levar a constituição de novos dispositivos, até mesmo para um controle positivo das relações visando à inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; Violência Escolar; Ensino.

1 | INTRODUÇÃO

Este tema não é simples. Sua escolha se deu pelas manifestações de violências vivenciadas por estudantes no cotidiano escolar, fato este que traz alguns desafios para atuação de profissionais que atuam nos espaços de ensino-aprendizagem. Por outro lado, a mídia nos apresenta cotidianamente fatos relacionados ao tema proposto, violências que estão presentes dentro e fora da escola, ou seja, o bullying em muitos casos ultrapassa os muros da escola, tornando-se um complexo fenômeno multicausal, pois envolve muitas

dimensões tais como social, cultural, étnica, religiosa, econômica, sexual dentre outras.

Ainda assim, até que ponto vai nossa indignação? Estamos fora ou dentro dessa problemática? Sabemos que esta discussão não é uma tarefa fácil, mas que temos a necessidade de discutir coletivamente sobre o assunto, visto que cada vez mais está se tornando um processo banalizado.

Para Francisco (2013) dentre as diversas formas de violência que ocorrem no ambiente escolar, vem ganhando ênfase nos últimos anos o bullying escolar. Alguns autores apontam que essa manifestação de violência ocorre por meio da perseguição e intimidação de um aluno por um ou vários companheiros de escola. O bullying escolar é marcado pela intencionalidade de causar danos e sofrimentos, pela repetitividade das ocorrências de violência, bem como pela assimetria de poder no controle ao outro (Almeida, Lisboa e Caurcel, 2007, Oliveira e Votre, 2006, e Olweus, 1995 apud Francisco, 2013).

Cabe aqui fazer alguns apontamentos a respeito do bullying e da violência que aparece na pesquisa em questão. Tratamos como violência escolar toda e qualquer violação de direitos sofrida no âmbito do ambiente escolar, seja ela cometida por estudantes, pais, professores ou outros profissionais. Indo adiante disso, o bullying tem como principal característica a continuidade, repetitividade e também pode ser cometido por todos os participantes do ambiente escolar. É evidente que toda violação de direitos está vinculada a uma relação de poder e controle. Mas, o bullying por sua característica de continuidade expressa muito mais essa característica.

Nesse sentido de poder no controle ao outro, concordamos com Cruz e Freitas (2012) que propõe uma análise bibliográfica, o qual foi baseado à luz das teorias foucaultianas e objetiva entender como o poder disciplinar e a institucionalização de verdades absolutas na instituição escolar podem ser um fator gerador de violência entre os estudantes e, conseqüentemente, provocador do bullying. Nessa perspectiva, as práticas discursivas tornam-se espaços de construção de verdades que estabelecem no sujeito a maneira de ser e de agir. As práticas discursivas fruto das relações de poder, estabelecem comportamentos tidos como normais e excluem ou punem os que não atendem ao modo de ser por ele instituído.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar criticamente aspectos da violência que ocorre no espaço escolar através dos questionários aplicados em turmas do ensino médio de uma escola particular de Cuiabá no ano de 2016, com intuito de identificar como essas violações vêm acontecendo no cotidiano da escola e compreendê-las através da perspectiva Foucaultiana, apreendendo o bullying como fruto de um dispositivo de controle. Esta pesquisa e o presente artigo, se constitui de resultado parcial da pesquisa “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165) e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), encontra-

se em andamento desde agosto de 2016 e encerrará em Agosto de 2018, abarcando também escolas estaduais e federais.

2 | VIOLÊNCIA E BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

As atitudes de violência no ambiente escolar afetam a integridade física e psíquica contribuindo para um mau aprendizado e às vezes trauma por toda a vida na pessoa que sofreu ou ainda sofre essas agressões. Sendo assim, alguns autores (Abramovay e Rua, 2002; Charlot, 2002; Abramovay, 2003, 2005; Abramovay & Castro 2006; Macedo e Bomfim 2009; Williams e Pereira 2010) tem-se debruçado nas investigações sobre o tema.

Um estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2003, mostra que a violência no ambiente escolar foi crescente até então. Os atos delituosos e as pequenas e grandes demonstrações de incivildades nas escolas chamam a atenção e provocam um sentimento de insegurança na comunidade escolar. Abramovay (2003). Para esta autora, a escola não representa mais um espaço seguro de integração social, de socialização, pois deixou de ser um espaço resguardado, uma vez que se tornou cenário de ocorrências violentas.

São vários os aspectos a serem analisados para entender as formas de violência escolar e as causas. De acordo com Abramovay (2003), é preciso levar em consideração os fatores exógenos e endógenos, ou seja, o ambiente fora e dentro das escolas. Entre os aspectos externos, a autora indica que as questões que se põem em relevo são as de gênero (masculinidade/feminilidade), relações raciais (racismo, xenofobia), situações familiares (características sociais das famílias), influência dos meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais etc.) e o espaço social das escolas (o bairro, a sociedade).

A homofobia e o racismo são fenômenos que estão cada vez mais arraigados na nossa sociedade, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada há mais de 50 anos, condene todas as formas de discriminação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Além disso, a Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso IV do artigo 3º, postula como objetivo fundamental da República: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Isso, entretanto, ainda não é suficiente para evitar comportamentos discriminatórios.

Nessa perspectiva, Pereira e Williams (2010) afirmam que definir violência escolar não é uma tarefa fácil, uma vez que o que se caracteriza por violência depende de aspectos culturais, históricos e individuais, porém, as autoras apontam que a violência escolar engloba tanto a forma mais visível da violência, como agressão entre indivíduos, quanto à violência simbólica.

De acordo com Abramovay (2006) há na escola a “microviolência”, caracterizada como violências que se manifestam no cotidiano das relações sociais e são materializadas em xingamentos entre alunos, insultos de alunos a professores e afrontas entre professores. Existe ainda a violência que é chamada “simbólica”, ou seja, que simbolizam poder, racismo, homofobias, discriminação contra mulheres, preconceitos contra as pessoas mais pobres e que nasceram ou vieram do Nordeste. Essa forma de violência é um conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (sociólogo francês), e é a violência que é mais difícil de ser combatida, pois segundo esse autor a violência simbólica se expressa de forma dissimulada, com a internalização da cultura dominante, sendo que o dominado não se opõe ao seu opressor, uma vez que ele não se percebe como vítima desse processo, ou seja, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

Dessa forma, o que se constata é que a violência na escola é um reflexo da violência vivenciada na sociedade como um todo, uma vez que essas formas de violência estão presentes em todos os espaços sociais.

Ainda sobre o termo que ultimamente tem sido muito usado no mundo todo, o *bullying*, embora não seja um fenômeno novo, pois é do conhecimento de todos que sempre existiu dentro da escola, o termo pertence à língua inglesa, passou a ser usado no Brasil recentemente e tem sido objeto de estudos acadêmicos. O vocábulo só se tornou conhecido no Brasil por conta dos estudos acadêmicos iniciados nos Estados Unidos, nos anos 70. O significado da palavra *bullying* está relacionado com situações de abuso, intimidação que ocorrem dentro ou fora da escola, ou seja, se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem que este tenha a possibilidade ou capacidade de se defender. Ocorre em uma relação desigual de forças ou poder. Eljach (2011).

Lemos (2007) explica que dentro da escola essa forma de agressão é dissimulada e tem consequências graves, pois os danos na vida dos envolvidos são irreversíveis e podem “destruir-lhes a saúde psicológica e física, além de consequências como rebaixamento da autoestima, depressão e marginalização, pode estimular desejos e (atitudes) de suicídio e assassinatos”. O agressor, segundo a autora, costuma estar em uma relação de poder em relação à vítima e dirigindo-lhe “ameaças, intimidações, apelidos maldosos, gozações, ofensas, intrigas, xingamentos, agressões físicas, discriminação, constrangimentos, perseguições, chantagem, dentre outros”.

Considerando a gravidade do problema, em 2011, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um estudo sobre violência escolar na América Latina e no Caribe onde mostra que a violência psicológica contra crianças e adolescentes e entre pares foi intensificada nos últimos tempos, principalmente as formas de violência relacionadas aos usos da tecnologia da comunicação e informação. O referido estudo evidencia o Brasil como um país onde o *bullying* é uma ocorrência comum. As agressões verbais entre pares são usadas de maneira generalizada em todas as regiões do

país, conforme mostra o estudo, como um jogo onde os estudantes relataram que as situações de violência se dão em consequência de brincadeiras que escapam do controle das pessoas envolvidas e que para os estudantes fica difícil estabelecer as diferenças e os limites entre o jogo e a agressão.

O que se percebe nesse estudo é que a violência entre pares ganhou contornos mais expressivos com o uso das tecnologias de comunicação, o denominado “*cyberbullying*” ou violência *on line*. Acreditamos que essa forma de violência traz um prejuízo emocional e psicológico tão ou mais grave que a violência física e deve ser combatida na escola com a mesma força que qualquer outro tipo de violência.

A outra constatação deste estudo é a de que a discriminação é o pano de fundo do *bullying* entre pares. Esse é um dos maiores desafios na luta pelos direitos humanos é um problema que acreditamos ser de todos. Fica óbvio que as atitudes discriminatórias das crianças e jovens são imitadas e aprendidas no mundo adulto, no ambiente em que eles se desenvolvem onde vivenciam situações de abuso de poder e desigualdades.

Comprovando este argumento a pesquisa de Francisco (2013) que analisa as respostas de adolescentes expostos ao bullying escolar, mostra que são/foram intimidados por seus pares em função de adotarem determinadas crenças religiosas; por não se adequarem aos estereótipos físicos ditados pela mídia; por serem pobres; ou ainda, excessivamente aplicados nas atividades escolares.

Por isso precisamos abrir os portões da escola no tocante à análise das situações envolvendo violência na escola. É necessário considerar o ambiente externo e interno, de modo que as questões de bullying envolvem questões sociais e políticas que perpassam a comunidade fora da escola. Isso se mostra evidente quando se sobrepõe questões de gênero, relações raciais, relações econômicas e estéticas. Abramovay (2003).

3 | REFLEXÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Foucault é o grande responsável por trazer a ideia de corpo para uma reflexão mais política e abrangente. Para Maluf (2001), Foucault descreve a constituição da subjetividade moderna como um processo gradativo de disciplinamento dos corpos, através de uma “tecnologia política do corpo” e de uma microfísica do poder que envolve um conjunto de técnicas, processos e dispositivos que submetem o corpo, tornando-o ao mesmo tempo objeto de um saber.

Conforme Revel (2005), o termo “dispositivos” aparece em Foucault nos anos 70 e se destina inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder.

O conceito de dispositivo é colocado por Foucault (2000) como,

um conjunto que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Silva (2014) resume dispositivo como modo como variados elementos se vinculam e se relacionam para atingir determinado fim, produzir algo que dê conta de um problema, de um anseio ou surpresa. Dessa forma, dispositivo para Foucault são o que geram sentido na sociedade, através das relações que vai estabelecendo.

Klein (2007) diz que para Foucault existem procedimentos de exclusão e de controle fazendo com que os mesmos, só possam ser compreendidos em relação ao meio em que se encontram. Para, além disso, existem também os procedimentos internos de seleção e controle, que deixam as suas marcas. Nesse sentido, um determinado discurso, para ser compreendido, necessita que seja explicitado o dispositivo que envolve os seus contextos e seus códigos de linguagem.

Essa visão do autor do que seria dispositivo nasce em a “História da sexualidade” onde Foucault busca determinar o regime de saber-poder-prazer que sustenta o discurso da sexualidade humana. Para ele, todos os elementos negativos da interdição do sexo – proibições, censuras – são somente algumas peças entre outras que tem uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder.

Sobre a formulação do dispositivo, o autor escreve que a burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante. Quem foi investida em primeiro lugar pelo dispositivo da sexualidade foi a mulher. Assim apareceu a mulher ‘nervosa’, histérica. Mas essa mulher não era qualquer uma, era a senhora ociosa de classe alta e nos limites do ‘mundo’. Também a criança que era cercada por limites de sexualização não era o filho do operário. Inicialmente o dispositivo de sexualidade não alcançou as classes populares. Foucault (1988).

Porém, esse encontro aconteceu. Foucault (1988) divide em três fases de instauração do dispositivo de sexualidade nas classes mais pobres. Primeiramente problemas em torno da natalidade, posteriormente a grande campanha para a moralização das classes pobres e por último o controle judiciário e médico das perversões. O autor explica que “Pode-se dizer que, então, o dispositivo de sexualidade, elaborado de acordo com suas formas mais complexas e mais intensas para e pelas classes privilegiadas, difundiu-se no corpo social como um todo”. Foucault (1988).

Sobre a tecnologia de poder, se institui de algumas maneiras, um grande passo para a conjectura do dispositivo da sexualidade foi a instauração de perversidades e a patologização. Sobre isso Foucault (1988) escreve que a implantação das perversões é um efeito instrumento. Pois é através do isolamento, da intensificação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam, medem os corpos e neles se engendram. E na concepção do autor, o dispositivo de sexualidade estaria assim exercendo uma função de controle de corpos, de poder.

Sobre esse poder sobre os corpos, Foucault (1988) discorre que,

As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade, com respeito a outros tipos de relações (processo econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), as lhas são imanentes: são os efeitos imediatos da partilha, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas[...] O poder vem de baixo: isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e dominados [...].

De acordo com Cruz e Freitas (2012), o poder disciplinar é um mecanismo utilizado para garantir o controle de todos os indivíduos que compõem uma determinada sociedade. É nesse sentido que podemos entender que o bullying como fazendo parte desse esquema, de modo que aos corpos se propõe padrões, regras e hierarquias.

Para Foucault, a escola é uma instituição disciplinar criada com o intuito de moldar os sujeitos. Com o propósito principal de adequar sujeitos à vida em sociedade, sendo uma das principais produtoras do sujeito moderno e ao legitimar e produzir discursos, está também moldando comportamentos e estabelecendo padrões de normalidades. O autor ressalta que sujeito não produz saber, mas é produto desses, não só do saber, mas também do poder. Cruz e Freitas (2012).

Ao dissertar sobre as tecnologias de si, Foucault (2004), coloca uma questão inicial que é “Como o sujeito tinha sido forçado a decifrar a si mesmo em relação ao que era proibido?”. Esse questionamento vem a calhar no tocante a questões do corpo transgênero. No remete a reflexão de um corpo que se constitui enquanto proibido, nas próprias proibições. Ainda nesta obra, o autor define quatro grupos de tecnologias sendo o último deles o grupo onde:

[...] Tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade.

Para Cruz e Freitas (2012), as sociedades modernas não são somente sociedades de disciplinarização, mas de normalização e nessas, os discursos e práticas disciplinares propõe saberes e regras de verdade e de normalidade, sendo que o normal é aquilo que se é verdadeiro, aceito e legitimado pela sociedade, sendo reforçada por um suporte institucional que é reconduzido e atribuído por uma série de práticas.

As autoras acrescentam ainda que na instituição escolar as práticas de produção do verdadeiro e normalização são apoiadas em suportes institucionais que determinam como o pertencente a essa instituição deve agir, pensar, falar e se constituir enquanto sujeito.

Para Foucault, as práticas discursivas e de produção de verdades possuem uma história que os precedem, sendo que a escola, enquanto local de formação de sujeitos, é marcada por práticas e lutas e conflitos. A construção de identidades na escola ocorre de modo coletivo e individual, sendo que as experiências são repartidas pelos discursos historicamente constituídos (CRUZ E FREITAS, 2012).

É possível pensar que não são os sujeitos que produzem saber, controle, normas

e olhares, mas são esses saberes, controles, normas e olhares que produzem sujeitos disciplinados; é a disciplina que fabrica os indivíduos. As práticas discursivas fruto das relações de poder, estabelecem comportamentos tidos como normais e excluem ou punem os que não atendem ao modo de ser por ele instituído.

A diferença está sempre implicada em as operações de incluir e excluir, assim como a própria afirmação de identidade,

Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos” [...] Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder [...] (SILVA, apud FERRARI, 2011, p. 24 apud CRUZ e FREITAS, 2012, p. 75).

O Bullying é um exemplo disso, na maneira em que exclui, controla e rege os corpos, através de relações de poder contínuas. Dessa forma, concordamos com a conclusão de Cruz e Freitas (2012), quando apontam que, ao afirmar e impor os discursos e estabelecer como o indivíduo deve ser, excluindo qualquer possibilidade “do diferente”, legitima as práticas de bullying na escola.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa foi realizada em uma escola particular de ensino médio, localizada no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. A pesquisa é de cunho qualitativo, mas acaba por fazer alguns apontamentos quantitativos.

Foram aplicados questionários para um total de 70 estudantes, sendo 18 nas turmas de primeiro ano, 26 nas turmas de segundo ano e 26 nas turmas de terceiro ano. A faixa etária dos participantes varia entre 14 a 18 anos. De um modo geral os casos Bullying, se entendido como violência frequente, não são numerosos quando observamos o número de ocorrências do tipo muitas/algumas vezes. Quando se refere ao item poucas vezes presente nos questionários, muitos marcam este índice, sendo na turma do segundo ano o que possui o índice mais alto.

É importante ressaltar que todos já sofreram algum tipo de constrangimento, isso nos mostra como o ambiente escolar é palco destas relações de poder e exclusão.

Sobre as questões no campo da sexualidade notou-se uma ocorrência no item algumas vezes para ‘abuso sexual’ e três para ‘assédio sexual’; sendo todos os que se dizem violados do sexo masculino; mas nenhuma ocorrência para ‘humilham-me por causa de minha orientação sexual’.

Sob olhar foucaultiano, ao analisar esse dado, pensamos no dispositivo de sexualidade explicado pelo autor. Onde através dele se estabeleceu o ‘aceitável’ e ‘inaceitável’ dentro da vida sexual das pessoas, implicando assim, automaticamente, a punição ao que se enquadraria no inaceitável. Até que ponto, os próprios alunos percebem estes dispositivos de controle e até podem se sentir intimidados em

responder ao questionário, torna-se uma questão.

Vários alunos se sentem violados quanto aos insultos devido a características físicas. Aqui, cabe a nós pensarmos sobre os padrões instituídos pela mídia e tão bem explanados por Foucault.

Nove pessoas no total das três turmas assinalaram como vítimas de insulto racial. Os abusos mais comuns são: - Insultam-me, - Colocam-me apelidos vergonhosos, - Dizem coisas negativas sobre mim ou sobre minha família, - Insultam-me por causa de alguma característica física; tipos de violência verbal; - Pegam meu dinheiro ou minhas coisas sem minha permissão, - Estragam minhas coisas, - Inventam que eu furto coisas de meus colegas; violências materiais.

Os tipos de violação mais ocorrentes podem estar relacionados também ao nível socio-econômico-cultural dos sujeitos pesquisados; inclusive se observarmos que poucas foram às ocorrências para itens, tais como: ‘fui obrigado a entregar meu dinheiro ou minhas coisas’, ‘pegam meu dinheiro ou minhas coisas sem minha permissão’, ‘estragam minhas coisas’; e um número grande de nenhuma ocorrência para estes itens.

Esta relação sócio-cultural pode ser percebida também nas respostas à pergunta: O que é bullying? Muitos demonstraram ter conhecimento do que se trata. Alguns posicionam-se claramente contrários ao ato. A maior parte relaciona o bullying a uma relação persistente de agressão verbal ou física, devido a uma característica da pessoa; e que se trata de um acontecimento do ambiente escolar que pode trazer malefícios; como nestas respostas: - *“É um tipo de violência verbal e não verbal por uma pessoa que é diferente”*; - *“Bullying significa “valentão. Bullying é o processo de violência físico, moral, verbal e social”*; - *“Deixar o próximo em uma situação de desconforto seja ela qual for”*.

Algumas respostas podem se referir a qualquer tipo de violência, sendo evasivas. Alguns trazem definições, nestas definições uns trazem a tona a questão da prevalência ou prepotência de um grupo ou pessoa sobre outro, a intolerância e a exclusão social, o que revela que estes alunos têm um conhecimento conceitual e experimental sobre o que seja o bullying; como ilustra estas frases: - *“Exclusão, preconceito, humilhação. Tudo no contexto escolar”*; - *“Bullying pra mim é quando o maior e geralmente mais forte insulta o menor pela cor, orientação sexual”*; - *“Quando uma pessoa ou grupo quer ser melhor que outro”*; - *“Maltratar, insultar alguém, rir, fazer piadas e fazer a gente se sentir mal”*.

Ressalta-se algumas respostas que mostram o bullying como um ato associado ao conceito de Foucault de dispositivo de poder, tais como: - *“Agressão física com pessoas que não sabem se defender”*; - *“Bullying é o ato de oprimir alguém por seu físico, religião ou conceitos”*; - *“Ferir as pessoas físico ou psicologicamente em ambiente escolar”*; *“Quando te agridem verbalmente ou fisicamente e também quando excluem alguém e deixam a pessoa para baixo”*; - *“Bullying é um ato que pessoas “superiores” praticam. Querem humilhar os outros”*; - *“Humilhação, exclusão de um*

determinado grupo (todos)”.

As respostas mostram que os estudantes têm consciência das relações de poder que são estabelecidas e das consequências nocivas de segregação dos grupos, ou mesmo em relação à autoestima, comportamento psíquico-social dos indivíduos, bem como sua identidade e até postura físico-corporal. Os próprios estudantes mostram saídas, ao referirem que o problema está relacionado à “falta de informação” e que a escola teria um papel de não reforçar as diferenças e a exclusão, e sim, favorecer a integração democrática.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da construção de uma democracia de fato e não apenas de direito, a luta pelos direitos humanos, e o combate a toda forma de discriminação e exclusão, torna-se imprescindível no ambiente escolar, visto ser um ambiente formador de opinião e que não deveria ser reprodutor dos dispositivos de controle e negação da identidade.

Francisco (2013) ainda cita Sposito (2001) que alega que no contexto brasileiro, os estudos sobre o tema da violência ganharam visibilidade como problema social, a partir da década de 1980, quando a mídia começou veicular reportagens sobre as péssimas condições dos prédios escolares nas periferias dos grandes centros urbanos, ao denunciar as depredações que os mesmos sofriam. Então o governo passou a “dar respostas” à sociedade por meio do policiamento, muros, grades e outras formas de controle.

Hoje temos a concepção de que essa resposta não gerou a extinção da violência escolar. Por isso, foi promulgada em 6 de novembro de 2015 a Lei nº 13.185, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying); no corpo desta lei, o sentido da palavra bullying foi entendido como sendo “intimidação sistemática” e conceituado como todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Esta lei pode representar um passo rumo a construção de relações democráticas que zelem pelos direitos e deveres do cidadão em um ambiente escolar.

Por outro lado, compreende-se que os estudantes precisam ser considerados como protagonistas sociais, a ação dos sujeitos em prol de um ambiente democrático pode levar a constituição de novos dispositivos, até mesmo para um controle positivo das relações visando a inclusão. O indivíduo precisa ser educado para entender e conviver com o outro, com a diferença. De modo que se lute, desde já, contra o poder disciplinar que molda indivíduos e não lida com a diferença, já que “não há relação de poder sem resistência [...] toda relação de poder implica, portanto, ao menos de forma virtual, uma estratégia de luta.” Foucault (2011).

Novas ações serão propostas por esta pesquisa, no sentido de favorecer o empoderamento dos estudantes e sua luta pela salvaguarda de seus direitos, no depoimento dos mesmos, apesar das ocorrências de bullying, já se percebe um envolvimento e interesse pelo assunto, trazendo a esperança de novas ações e atitudes para um ambiente escolar de paz e crescimento mútuo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. M. Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, ABRAMOVAY, Miriam. ; CASTRO, M. G.. Caleidoscópio das violências nas escolas (Séria Mania de Educação). 1. ed. Brasília: Missão Criança Editora, 2006.

_____. Violências nas escolas / Miriam Abramovay et alii. . Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Como os corpos se tornam matéria* – Entrevista realizada por Baukje Prins e Irene Costera Meijer. *Estudos Feministas*, 10(1). Florianópolis: UFSC, 2002. pp. 155-167.

CRUZ, Priscila Aparecida Silva Cruz. FREITAS, Silvane Aparecida de Freitas: A Produção de Verdades na Sociedade Disciplinar e o Bullying na Escola: reflexões à luz do pensamento de Michel Foucault. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Revista Magistro - ISSN: 2178-7956 www.unigranrio.br Vol. 2 Num.1 2012.

ELJACH, Sonia. Violencia escolar en América Latina y el Caribe Superficie y fondo. UNICEF, noviembre, 2011.

FOUCAULT, M. *Tecnologias de Si*. *Verve*, 6. São Paulo: PUC, 2004. pp. 321-360.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. I. Rio de Janeiro: Graal, 1997. 12 a ed.

_____. *Sobre a História da sexualidade*. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FRANCISCO, Marcos Vinicius. A construção social da personalidade de adolescentes expostos ao bullying escolar e os processos de “resiliência em-si” : uma análise histórico cultural / Marcos Vinicius Francisco. - Presidente Prudente: [s.n], 2013 266f. : il.

KLEIN, O. J: A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. Universidade de Passo Fundo. Estudos em Comunicação n o1, 215-231 Abril de 2007. Link <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/klein-otavio-genese-do-conceito-de-dispositivo.pdf>

LEMOS, Anna Carolina Mendonça. Uma visão psicopedagógica do bullying escolar. Rev. Psicopedagogia. 2007; 24(73): 6875.

PEREIRA, A.C. & WILLIAMS, L.C.A (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. Vol. 18, no 1, 41 – 52, Temas em Psicologia – 2010. Disponível em: . Acessado em 20 de junho de 2015.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais* / Judith Revel ; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos : Claraluz, 2005.

SILVA, Priscila da: DISPOSITIVO: UM CONCEITO, UMA ESTRATÉGIA. Profanações (ISSN – 2358-6125) Ano 1, n. 2, p. 144-158, jul./dez. 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-465-8

